

J.S.
#

adapecil

Associação De Amor Para a Educação De Cidadãos Inadaptados Da Lourinhã

MAPAS DE GESTÃO

**ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**



ADAPECIL - Ass. Amor para Educação Cidadãos Inadaptados Lourinhã
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores em euros)

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2020	31-12-2019
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	167.026,35	188.706,72
Investimentos financeiros			
Outros Ativos financeiros		1.729,38	1.536,05
Subtotal		168.755,73	190.242,77
Ativo corrente			
Clientes	6	5.857,34	4.276,85
Estado e outros Entes Públicos			
Outras contas a receber			
Diferimentos	7	3.430,28	3.295,94
Caixa e depósitos bancários	8	87.320,09	97.431,67
Subtotal		96.608,71	105.004,46
Total do Ativo		265.363,44	295.247,23
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	9	219.121,99	219.121,99
Reservas		2.914,83	2.914,83
Resultados transitados		-5.858,37	20.547,19
Outras variações nos fundos patrimoniais		23.197,41	22.305,55
Resultado Líquido do período	10	-26.693,70	-26.575,51
Total do fundo do capital		212.682,16	238.314,05
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	10	2.536,30	5.464,57
Estado e outros Entes Públicos	11	10.335,49	11.213,43
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar	12	39.809,49	40.255,18
Total do passivo		52.681,28	56.933,18
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		265.363,44	295.247,23

O Contabilista Certificado: Vanda Oliveira

Vanda Oliveira

ADAPECIL - Ass. Amor para Educação Cidadãos Inadaptados Lourinhã

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	13	40.946,23	78.204,37
Subsídios, doações e legados à exploração	14	421.748,28	395.103,73
Varição nos Inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	15	(665,18)	(1.805,75)
Fornecimentos e serviços externos	16	(64.875,63)	(100.430,47)
Gastos com o pessoal	17	(400.310,06)	(398.104,43)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	18	10.938,40	31.575,61
Outros gastos e perdas		(12.794,82)	(7.018,03)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(5.013,33)	(2.474,97)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(21.680,37)	(23.797,35)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(26.693,15)	(26.272,32)
Juros e rendimentos similares obtidos		0,46	0,90
Juros e gastos similares suportados		(1,01)	(304,09)
Resultados antes de impostos		(26.693,70)	(26.575,51)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período	20	(26.693,70)	(26.575,51)

O Contabilista Certificado: Vanda Oliveira

Vanda Oliveira

Alfonso



1. Identificação da Entidade

A "ADAPECIL" é uma instituição sem fins lucrativos, com estatutos publicados no Diário da República n.º 152 de 8 de agosto de 2007, Série II, com sede na Rua Rainha D. Leonor Urbanização da Cegonha, Lote 17.

Tem como atividade:

- a) **Prevenção de deficiência, recorrendo a todos os meios que lhe forem possíveis, designadamente informativos e de aconselhamento;**

- b) **Informação e sensibilização junto da população para a problemática associada à defesa dos direitos da pessoa com deficiência e família;**

- c) **Deteção atempada de perturbações no desenvolvimento da personalidade das crianças através de uma estreita colaboração com infra-estruturas nas áreas da saúde, escolares, de apoio à infância entre outras. Tem uma intervenção imediata no sentido de alcançar uma solução prestando acompanhamento e apoio às crianças e respetivas famílias;**

- d) **Promove o desenvolvimento de capacidades entre as camadas mais jovens e adultos com deficiências ou com graves problemas ao nível da inserção social, visando a aquisição de conhecimentos escolares e profissionais necessários à sua adequada integração na sociedade, bem como o exercício pleno dos direitos de cidadania e a normal realização das suas personalidades;**

- e) **Desenvolve atividades de apoio a pessoas com graves problemas a nível de autonomia, visando o seu bem-estar e a salvaguarda dos padrões razoáveis de qualidade de vida; e**

- f) **Combate o preconceito e a atitude de incompreensão ou geradora de situações de marginalização e/ou exclusão social que, eventualmente, se coloquem à pessoa portadora de deficiência, compreendendo as suas causas e adotando medidas adequadas.**

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Referencial Contabilístico

O referencial contabilístico utilizado na preparação das demonstrações financeiras foi o da Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), a saber:

- a) DL 36-A/2011: Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras;
- b) Portaria 105/2011: Modelos de Demonstrações Financeiras;
- c) Portaria n.º 106/2011: Código de Contas;
- d) Aviso n.º 6726-B/2011: Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) e respetivas Normas Interpretativas (NI).

2.2 Pressuposto da Continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da instituição, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2.3 Regime do Acréscimo

A instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

2.4 Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

2.5 Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo.

2.6 Derrogações das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício de 2020, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação das disposições previstas pelo SNC-ESNL.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas nas demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem, tendo sido consistentemente aplicadas ao exercício de 2020.

3.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incursas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações e amortizações foram calculadas pelo método das quotas constantes.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.2 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

3.2.1 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.



3.2.2 Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

3.2.3 Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

3.2.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.5 Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.3 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

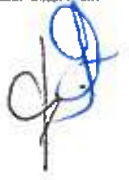
3.4 Financiamentos Obtidos

3.4.1 Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.



Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.4 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no final do exercício de 20, refletindo as adições, abates,

alienações, depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2020

<i>(em euros)</i>			
Ativos Fixos Tangíveis	Saldo Inicial	Aquisições	Saldo Final
Custo de Aquisição			
Edifícios e outras Construções	300.093		300.093
Equipamento Básico	24.294		24.294
Equipamento de Transporte	91.826		91.826
Equipamento Administrativo	23.950		23.950
Outros Ativos tangíveis	7.239		7.239
Total	447.402		447.402
Depreciações acumulados			
		Depreciações	
Edifícios e outras Construções	144.365	6.865	151.230
Equipamento Básico	22.549	428	22.977
Equipamento de Transporte	63.041	13.921	76.963
Equipamento Administrativo	21.724	443	22.167
Outros Ativos tangíveis	7.016	23	7.039
Total	258.695	23.798	280.376
Valor Líquido	182.778		167.026

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2019

<i>(em euros)</i>			
Ativos Fixos Tangíveis	Saldo Inicial	Aquisições	Saldo Final
Custo de Aquisição			
Edifícios e outras Construções	300.093		300.093
Equipamento Básico	24.294		24.294
Equipamento de Transporte	62.099	29.727	91.826
Equipamento Administrativo	23.950		23.950
Outros Ativos tangíveis	7.239		7.239
Total	417.675	29.727	417.675
Depreciações acumulados			
		Depreciações	
Edifícios e outras Construções	137.087	7.308	144.365
Equipamento Básico	21.790	729	22.549
Equipamento de Transporte	47.869	15.172	63.041
Equipamento Administrativo	21.251	473	21.724
Outros Ativos tangíveis	6.900	116	7.016
Total	234.897	23.798	258.695
Valor Líquido	182.778		188.707

6 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2020 e 2019 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

	2020	(em euros) 2019
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	5.857	4.277
Total	5.857	4.277

Constata-se um aumento do endividamento por parte dos utentes em 2020, quando comparado com o ano transato em cerca de 37%.

7 Diferimentos

Respeita a gastos que se verificaram no exercício económico presente, nomeadamente 3.430,28€, cujo custo será efetivo em 2020.

8 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

	2020	(em euros) 2019
Caixa	820	538
Depósitos à ordem	85.608	96.002
Outros depósitos bancários	892	892
Total	87.320	97.432

As disponibilidades em 2020 tiveram uma redução na ordem dos 11,6%, face ao período anterior.

9. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

	2020			(em euros)
	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	219.122	-	-	219.122
Reservas	2.915	-	-	2.915
Resultados Transitados	20.547		26.405	(5.858)
Outras Variações nos Fundos	22.305		1.374	27.717
Resultado Líquido do exercício	(26.575)	26575	26.693	(26.693)

	2019			(em euros)
	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	219.122	-	-	219.122
Reservas	2.915	-	-	2.915
Resultados Transitados	19.406	1.141		20.547
Outras Variações nos Fundos	23.680		1.374	22.306
Resultado Líquido do exercício	1.141		27.716	(26.575)

Em 2020 o Resultado Líquido do Exercício da Entidade foi negativo, que em muito se deve à situação pandémica que se assiste desde março 2020.

10 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

	(em euros)	
	2020	2019
Fornecedores c/c		
	2.536	5.465
Total	2.536	5.465

O grau de endividamento da Instituição é praticamente nulo. A fatura de maior relevância é a da Uniself, regularizada em janeiro 2021.

11 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

	<i>(em euros)</i>	
	2020	2019
Imposto s/ rendimento das Pessoas Singulares	1.843	2.190
Fundo de compensação	110	124
Segurança Social	8.357	8.900
Imposto sobre trabalho independente	25	-
Penhora de Vencimento	-	-
Total	10.335	11.214

12 Outras contas a pagar

	<i>(em euros)</i>	
	2020	2019
Outras Contas a pagar	39.809	40.255
Total	39.809	40.255

Estão consideradas nesta rubrica as remunerações a liquidar e encargos com a Segurança Social para 2021.

13 Rédito

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

	<i>(em euros)</i>	
	2020	2019
Prestação de Serviços		
Utentes	34.355	59.949
Quotas e joias	1.417	1.098
Amigos da ADAPECIL	183	177
Pirilampos Mágicos	150	5.068
Festas/Eventos	-	4.506
Bar	615	4.523
CAO	125	159
Educacional	2.220	2.036
Outros - diversos	1.881	688
Total	40.946	78.204

Em 2020 as receitas sofreram uma quebra na ordem dos 48%, refletidos tanto nas mensalidades como nos eventos. Esta quebra é o reflexo direto da situação pandémica que se iniciou em março de 2020 e ainda nos assola.

14 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos exercícios de 2020 e 2019 os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Subsídios e Doações	<i>(em euros)</i>	
	2020	2019
ISS, IP	315.144	302.406
DREL	75.464	77.326
Autarquias	15.900	15.000
IEFP	0	371
UFLA	1.000	-
Donativos	13.960	14.881
Donativos em espécie	280	125
	421.748	395.103

Constata-se um aumento da receita proveniente dos acordos com a Segurança social que compensou a redução na comparticipação proveniente da DREL na valência de CRI.

15 Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

Respeita às compras efetuadas para o bar, no montante de 665,18€.

16 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foi a seguinte:

FSE	<i>(em euros)</i>	
	2020	2019
Serviços Especializados	35947	57.692
Materiais	4.864	10.088
Energia e Fluidos	9.257	16.790
Deslocações e Estadas	1.006	3.739
Serviços Diversos	13.801	12.121
Total	64.875	100.430



Na rubrica Serviços Especializados o custo mais significativo é o fornecimento de refeições que ascendeu ao montante de 21.831€.

Verificou-se uma diminuição dos gastos na rubrica Materiais por falta da aquisição dos Pirlampos Mágicos.

Na rubrica Energia e Fluidos os montantes mais avultados são os correspondentes a combustíveis no valor de 4.157€ e eletricidade no valor de 3.631€.

Na rubrica Serviços Diversos estão incluídos:

- Contrato com a Grenke no valor de 1.863,54€
- Despesas com telecomunicações e CTT no valor de 2.461€
- Seguros no valor de 3.098€
- Limpeza, higiene e conforto no valor de 4.930€

17 Gastos com o Pessoal

Os órgãos diretivos não são remunerados.

Os gastos com o pessoal repartem-se da seguinte forma:

Gastos com o Pessoal	<i>(em euros)</i>	
	2020	2019
Remunerações ao pessoal	323.853	322.413
Encargos s/ remunerações	71.470	71.060
Seguros Ac Trabalho	4.753	4.221
Outros Gastos c/ o pessoal	234	410
Total	400.310	398.104

18 Outros rendimentos e ganhos

Rendimentos	<i>(em euros)</i>	
	2020	2019
Imputação subs. Invs	1.374	1.374
Consignação IRS	7.153	8.336
Restituição IVA (50%)	956	4.553
Benefício 15% IVA	864	
Projeto INR	-	1.208
Outros	591	1.098
Total	10.938	31.575

Constata-se uma quebra bastante significativa na restituição de iva, consequência do encerramento decretado pelo Governo Português, por forma a conter a propagação de infetados por Covid. Também por força das medidas de restrição não se concorreu a qualquer projeto INR.

19 Proposta de aplicação de resultados

		(em euros)
	2020	2019
RLE	26.693	26.575
Total	26.693	26.575

Como referido no ponto 9, o Resultado líquido do exercício foi negativo, pelo que se propõe a sua aplicação para Resultados Transitados.

20 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

21 Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Lourinhã, 27 de maio de 2021

Vanda Oliveira


Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Exmos. Senhores Associados,

Nos termos dos Estatutos e da Lei, e do mandato que nos conferiram, vem o Conselho Fiscal submeter a V.Exas. o Relatório sobre a ação fiscalizadora efectuada no exercício das suas funções e dar Parecer sobre o Relatório da Direção e as demonstrações financeiras apresentados pela Direção da ADAPECIL - Associação De Amor Para a Educação de Cidadão Inadaptados da Lourinhã relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Associação. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação e vigiámos também pela observância da Lei e dos Estatutos.

As contas da Associação estão apresentadas no Relatório de Gestão de uma forma suficientemente desenvolvida, explicitada, as quais compreendem o Balanço (que evidencia um total de ativo de 265.363,44 euros e um total de fundos patrimoniais de 212.682,16 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 26.693,70 euros) e a Demonstração dos resultados por naturezas.

A Direção sempre que solicitado, prestou todos os esclarecimentos necessários ao bom cumprimento das nossas funções.

Constatámos também que a Direção desenvolveu as suas funções de uma forma diligente, resiliente e responsável, face ao período atípico de pandemia verificado durante praticamente todo o ano de 2020.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da Direção e Serviços, somos do Parecer que a Assembleia Geral Anual:

1. Aprove o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020;
2. Aprove a proposta de aplicação de resultados apresentada no Relatório de Gestão.

Lourinhã, 22 de Junho de 2021

O Presidente do Conselho Fiscal



José António Saraiva Pereira da Silva

O Secretário do Presidente do Conselho Fiscal





Sofia Ferreira Henriques

O Relator do Conselho Fiscal



Júlia Maria Fernandes Alfaiate